

Acórdão nº 9.667/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 16.141.2012-30-TCE (C/ 02 Volumes e 02 Anexos)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Xapuri, exercício de 2011
RESPONSÁVEL: Senhor Ronaldo Cosmo Ferraz
RELATOR: Conselheiro José Augusto Araújo de Faria

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Omissão no dever de prestar contas. Grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Injustificado dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico. Irregularidade das contas. Aplicação de multa ao gestor e ao contador.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator**: **1) considerar irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Xapuri**, exercício orçamentário e financeiro de **2011**, de responsabilidade do Senhor **Ronald Cosmo Ferraz** – Presidente à época, com fundamento nas alíneas “a”, “b” e “c”, inciso III do art. 51 da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face de omissão no dever de prestar contas, grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; e de injustificado dano ao Erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; **2) aplicar multa** ao Senhor **Ronaldo Cosmo Ferraz**, Presidente à época, com fulcro no inciso II do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face de ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; e **3) aplicar multa** ao Senhor **Oséias D’Ávila Paula**, Técnico em Contabilidade à época, com fulcro no inciso II do art. 89 da LCE nº 38/93, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), em face das inconsistências contábeis verificadas nos autos. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Decidiu-se**, ainda, **por maioria**, nos termos do **voto do Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias**, pela fixação do **valor da multa** aplicada ao Gestor em **R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais), em face do posicionamento adotado em casos semelhantes, bem como pela **exclusão da devolução** do valor de R\$ 51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais), **da aplicação de multa** de 10% (dez por cento) sobre o tal valor e **do envio do apurado ao Ministério Público Estadual**, tendo em vista que esta Corte de Contas, diante dos problemas verificados quanto à execução das despesas efetuadas a título de

(Acórdão nº 9.667/2016/Plenário-TCE/AC – Fl. 02 de 02)

verba indenizatória, ter orientado as Câmaras Municipais a regularizar as pendências, estabelecendo como marco para todas elas o exercício de 2015. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Valmir Gomes Ribeiro e Antonio Jorge Malheiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 01 de setembro de 2016

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Vencedor em parte

Fui presente:

MARIO SERGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC